

Conflitos socioambientais e mobilizações de resistência da comunidade tradicional do Cajueiro frente à tentativa de construção de um porto privado em São Luís – MA

Autor: Glauton Max Simões Mesquita¹

Orientador: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior²

Resumo

O presente artigo surge no âmbito de minha inserção nas atividades do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem como objetivo abordar o conflito socioambiental pelo qual a comunidade do Cajueiro, localizada na Zona Rural de São Luís – MA, enfrenta em defesa de seu território frente à tentativa de construção na localidade, desde junho de 2014, de um porto privado pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., subsidiária do grupo paulista WTorre, destacando-se aí as mobilizações de resistência por parte de moradores do Cajueiro e entidades externas. Para a produção deste artigo, fora adotado como procedimentos metodológicos o levantamento de material bibliográfico, participações em reuniões comunitárias e pesquisa de campo, com a construção do texto em tom narrativo.

Palavras-chave: Conflito socioambiental, Cajueiro, Resistência.

1 - Introdução: contextualizando o conflito

A comunidade tradicional do Cajueiro localiza-se na porção sudoeste da Ilha de Upaon-Açu (também denominada ilha de São Luís ou ilha do Maranhão), logo ao sul do complexo portuário-industrial da capital maranhense, São Luís. A comunidade é composta por cinco pequenos núcleos denominados Parnauçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro (ao longo deste trabalho, o termo “Cajueiro” fará referência ao conjunto destes cinco povoados). No local, mais de 500 famílias vivem um modo de vida tradicional baseado principalmente na pesca, catação de caranguejos, agricultura familiar, piscicultura de pequena escala, criação de animais de pequeno porte e extrativismo vegetal. O Cajueiro também possui um grande valor histórico e cultural com o Terreiro do Egito, símbolo da resistência da população quilombola no Maranhão e no Brasil.

¹ Graduando em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão. Email: glautonmax94@gmail.com.

² Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão. Email: horacioantunes@uol.com.br.



Figura 1: localização do território do Cajueiro (área amarela) na ilha de São Luís – MA. Fonte: wikimapia.org

A origem dos conflitos socioambientais no local remonta à década de 1970, com inserção da Amazônia Oriental na dinâmica capitalista global através da implantação do Programa Grande Carajás, institucionalizado pelo Presidente da República, João Figueiredo, com o Decreto Lei 1813, de 24 de Novembro de 1980 (SANT’ANA JÚNIOR, 2013; MOREIRA, 2015) e que consiste em três segmentos: a exploração da mina de Carajás, a Estrada de Ferro Carajás e o Porto da Ponta da Madeira (MOREIRA, 2015). A transformação do Maranhão em um “corredor de exportação” desencadeou uma série de projetos desenvolvimentistas de cunho portuário e industrial nas porções oeste e sudoeste da ilha de São Luís que provocaram (ou ameaçaram provocar, no caso da tentativa de instalação de um polo siderúrgico na Zona Rural da cidade) desapropriações, deslocamentos compulsórios e conflitos e impactos socioambientais.

Diante deste cenário, surge a demanda, por parte dos moradores da Zona Rural de São Luís, pela criação e oficialização da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, cujos debates sobre sua criação datam de 1996 e sua solicitação oficial para os órgãos gestores feita em 2003. A

RESEX, ainda não oficializada, é composta por 12 comunidades rurais, incluindo parte do Cajueiro, e tem sido considerada um forte instrumento de luta em defesa da preservação deste território étnico que, segundo Mendonça (2006), somente faz sentido se for garantida a existência das relações entre as comunidades que a compõem e, portanto, a proteção da faixa territorial por onde se observa uma economia material e simbólica própria.

Neste contexto, a intenção de expansão da infraestrutura portuária de São Luís em prol do grande capital surge mais uma vez, agora materializada na proposta de construção de um novo porto privado pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., subsidiária do grupo paulista WTorre, dentro do território do Cajueiro (mais precisamente no povoado de Parnauaçu). Tal proposta desencadeia um novo conflito socioambiental no local e novas formas de articulação da resistência por parte de moradores da comunidade e representantes de entidades externas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o GEDMMA, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público Estadual, políticos, membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outros.

A construção do artigo obedece à estrutura proposta pela comissão organizadora do SINGA 2017, com uma introdução que contextualiza a realidade estudada, os procedimentos metodológicos, uma discussão teórica dos conceitos pertinentes ao conflito em questão (tópico este acrescentado, devido à necessidade desta discussão), os resultados e discussões (desenvolvidos em tom narrativo e divididos em dois momentos, o primeiro para abordar as ações da WPR e o segundo focando na resistência do Cajueiro) e encerrando com algumas considerações finais.

2 – Procedimentos metodológicos

Para a construção deste artigo adotou-se como procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico em livros, monografias, dissertações, artigos e relatórios; pesquisa de campo para coleta de dados.

A bibliografia levantada visa embasar teoricamente a análise do conflito socioambiental em questão. Buscou-se abordar conceitos pertinentes à realidade de estudo, visando a melhor compreensão da mesma, principalmente os conceitos de território segundo Boligian & Almeida (2003), territorialidade segundo Saquet (2009), identidade territorial sob a ótica de Haesbaert (2007), tradicionalidade segundo Almeida (2008), conflitos

socioambientais conforme Acselrad (2004) e acumulação por espoliação proposto por Harvey (2005).

Quanto ao campo empírico investigado para o desenvolvimento da pesquisa, vários momentos contribuíram para a construção deste artigo, a saber: Audiência Popular realizada no dia 31 de janeiro de 2017, na União de Moradores Proteção do Bom Jesus do Cajueiro; oficina sobre elaboração de projetos realizada por meio de projeto de extensão desenvolvido pelo GEDMMA em parceria com a Rede Justiça nos Trilhos, nos dias 18 e 19 de março de 2017; participação em reunião com os representantes das entidades que apoiam a resistência em foco, realizada no dia 26 de abril de 2017. Fora realizada também um trabalho de campo no dia 26 de setembro de 2017, tendo como área de atuação o povoado de Parnauçu (área pleiteada pela empresa WPR para a construção do porto). Esta etapa consistiu em um levantamento das casas permanentemente ocupadas, esporadicamente ocupadas, casas em desuso e casas derrubadas pela empresa em questão, além de entrevista com moradores.

3 – Referenciais teóricos

Visando a melhor compreensão do conflito envolvendo a comunidade do Cajueiro e a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., fora feito um levantamento teórico acerca de conceitos pertinentes à realidade em questão. Dessa forma, trabalharemos com os conceitos de território (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003 apud FERREIRA, 2014), territorialidade (SAQUET, 2009 apud FERREIRA, 2014), identidade territorial (HAESBAERT, 2007; CASTELLS, 1999 apud SILVA, 2014), tradicionalidade (ALMEIDA, 2008 apud MONTENEGRO, 2012), conflito socioambiental (ACSELRAD, 2004 apud BRITO et al., 2011) e acumulação por espoliação (HARVEY, 2005).

Acerca da noção de território, Boligian e Almeida (2003 apud FERREIRA, 2014, p. 121) caracterizaram esta em duas perspectivas, uma político-econômica e outra simbólico-afetiva. Quanto à segunda perspectiva, que interessa mais ao presente artigo:

(...) território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003 apud FERREIRA, 2014, p. 121).

Outro conceito importante para se entender o conflito vivido por moradores do Cajueiro é o de territorialidade, que Saquet (2009 apud FERREIRA, 2014, 130) descreve nas seguintes palavras:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

Percebe-se que o termo “identidade” é comum em ambas as citações até então explanadas. Entende-se que conhecer a noção de identidade territorial é imprescindível para compreender tanto o conflito em foco quanto a resistência local. Dessa forma, faz-se aqui o uso das palavras de Haesbaert (2007 apud SILVA, 2014, p. 89):

Assim no que estamos denominando aqui de identidades territoriais, escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstruem) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns.

Segundo Haesbaert (2007 apud SILVA, 2014), a identidade territorial se efetiva num espaço referencial, que assume caráter central para a identificação do grupo. Castells (1999), complementando o debate sobre identidade, apresenta três tipos, sendo elas: as identidades legitimadoras, as identidades de projeto e as identidades de resistência. Quanto à última, define-a como:

Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas a estes últimos [...]. (CASTELLS, 1999 apud SILVA, 2014, p. 87).

A discussão sobre tradicionalidade também se mostra pertinente ao tema aqui abordado, visto que a tradicionalidade do Cajueiro reflete os modos de vida ali presentes e é uma peça chave na compreensão da necessidade de resistência local. Sobre este conceito, Almeida (2008 apud MONTENEGRO, 2012, p; 163) diz que:

A noção de ‘tradicional’ não se reduz à história, nem aos laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente em uma mobilização continuada. Com esse enquadramento, um

elemento fundamental na definição dessa tradicionalidade é o conflito, já que uma das marcas que esses povos e comunidades carregam é a permanente disputa por seu território, por seus recursos, por sua organização do trabalho, por sua forma de vida, por sua cultura (...).

Quanto à categoria conflito socioambiental, para Acselrad (2004 apud BRITO et al., 2011), ocorrem quando são envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território. São originados quando pelo menos um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio. Estas ameaças podem acontecer por impactos indesejáveis ocorridos no solo, água, ar ou sistemas vivos, decorrentes do exercício e das práticas de outros grupos. Ou seja, o conflito socioambiental é visualizado quando os agentes sociais estabelecem uma associação lógica imediata entre a degradação do ambiente e a ação dos agentes sociais determinados sob dadas condições históricas (ACSELRAD, 2004 apud BRITO et al., 2011).

Quanto à noção do conceito de acumulação por espoliação, Harvey (2005) descreve nas seguintes palavras:

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, (...), grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973, foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório (HARVEY, 2005, p. 122).

E continua:

A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadorificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (...) (HARVEY, 2005, p. 123).

Neste novo processo de acumulação descrito por Harvey (2005), o autor destaca o papel do Estado na legitimação das mais diversas formas de acumulação por espoliação, através de seu aparato legal/jurídico, que desfavorece formas tradicionais de uso do território. Nas palavras do autor:

(...) o poder do Estado é, com frequência, usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (...) ao domínio privado tem sido uma

das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal (HARVEY, 2005, p. 123).

A proposta aqui fora de criar uma base conceitual mínima que pudesse fornecer subsídios para a compreensão da realidade de conflito vivenciada na comunidade do Cajueiro, tendo em vista que a produção de conhecimento é constante e novos conceitos que também podem ser aplicados no presente estudo surgem em um número cada vez maior.

4 – Resultados e discussões: as estratégias e ações da WPR e Cajueiro

As comunidades da Zona Rural de São Luís têm enfrentado, tanto da parte do Estado do Maranhão quanto pela atuação de empresas privadas, intensos processos de tentativas de deslocamentos para destinação dos seus territórios a outras finalidades econômicas que visam instalar atividades industriais ou de infraestrutura portuária na localidade e que ignoram as dinâmicas sociais ali estabelecidas (GEDMMA, 2014). Neste cenário, a comunidade do Cajueiro possui um papel fundamental na luta das comunidades rurais de São Luís, pois é uma das comunidades mais próximas do Distrito Industrial da cidade e, por isso, é uma das que mais sofre ameaças de desapropriações.

A tentativa de construção de um porto privado em São Luís: desapossamentos, intimidações e violações de direitos

Em 2014, a proposta de construção de um empreendimento dentro do território do Cajueiro constitui-se na mais nova ameaça ao ambiente e aos modos de vida tradicionais da comunidade. A empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda. anuncia a construção de um porto privado no local, mais precisamente no povoado de Parnauçu.

Inicialmente, a referida empresa apresentou-se como proprietária de uma extensa área que incluía parte do Cajueiro e todo o seu povoado de Parnauçu. Desde então, esta empresa passou a utilizar vários métodos para conseguir (à força) se apropriar das terras da comunidade. A presença da WPR no Cajueiro é marcada, segundo consta os moradores engajados na resistência, por uma série de ações que violam direitos, como direitos territoriais, à segurança, à moradia e o direito de ir e vir.

Como forma de garantir o domínio da área pleiteada, a WPR contratou em junho de 2014 a empresa de segurança Leões Dourados que, posteriormente, foi identificada junto à Polícia Federal como em condição de trabalho irregular, portanto, constituindo-se uma milícia privada. A utilização de jagunços armados para intimidação de moradores para que estes vendessem suas casas também já foi relatado por moradores do Cajueiro. Em dezembro de 2014 e janeiro de 2015, a WPR demoliu um total de 21 casas no povoado de Parnauaçu (por meio de ordem judicial controversa), sendo que parte das famílias que tiveram suas casas demolidas não receberam indenização. No trabalho de campo realizado em 26 de setembro de 2017, foram conferidas 26 casas demolidas. O direito de ir e vir também foi ameaçado, com a tentativa, por parte da WPR, de instalação de cancelas para impedir a livre circulação de pessoas no local.

Outra tática utilizada pela empresa foi a cooptação de moradores, com o discurso de que os desapossados receberiam indenização, provocando uma fragmentação interna no Cajueiro, dividindo a comunidade entre os que são contra e os que são a favor do empreendimento. Vale ressaltar que muitos moradores a favor da construção do porto não vivem de atividades tradicionais ligadas aos recursos naturais daquele território e/ou possuem outras propriedades na zona urbana de São Luís. Uma problemática fortemente presente no Cajueiro, que se intensificou desde o anúncio da construção do referido porto diz respeito à especulação e grilagem de terras no local. Pode-se observar na comunidade diversas propriedades cercadas, mas sem nenhum uso, assim como casas abandonadas (exclusivamente para “marcar terreno”).

O conluio Estado/Empresa tem feito manobras para consolidar a construção do porto no Cajueiro, confirmando o que Harvey (2005) expôs sobre o papel do Estado na legitimação de processos de acumulação por espoliação. Dentre as estratégias utilizadas por este conluio estão a tentativa de realização de audiência pública para licenciamento ambiental no quartel da Polícia Militar do Maranhão em 29 de outubro de 2014, ainda durante o Governo Roseana Sarney, com o intuito de impedir a participação popular. Outra estratégia que denuncia a posição do Estado em favor dos interesses das grandes empresas é a não efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, que mantêm este território sob a constante ameaça de instalação de novos projetos desenvolvimentistas, que comprometeria o ambiente e os modos de vida ali presentes.

A tentativa de transformação de parte do Cajueiro (zona rural) em zona industrial, por meio de atualização do Plano Diretor e Lei de Zoneamento de São Luís (GEDMMA, 2014), é um caso emblemático no contexto do conflito socioambiental em questão. A Prefeitura Municipal de São Luís determinou que as 15 audiências públicas necessárias para se atualizar o Plano Diretor e Lei de Zoneamento da cidade ocorressem todas no mês de agosto de 2015, ou seja, em um espaço de tempo curto para um debate que requer muita discussão e no mês em que diversos setores do trabalho estão de férias, o que dificulta a presença da população nas audiências.

Mais recentemente, o atual governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB) participa, em 6 de abril de 2017, de cerimônia de assinatura de um acordo de investimento entre a WPR/WTorre e a China Communications Construction Company (CCCC), posicionando-se, assim, de forma contrária às causas da comunidade do Cajueiro.

A resistência da comunidade do Cajueiro frente à ameaça a seu território

Diante deste cenário, moradores da comunidade do Cajueiro têm resistido a todas as tentativas de construção do porto em seu território. Inicialmente, a reação da comunidade do Cajueiro foi motivada pelo sentimento de desapossamento territorial e, aqui, poderia mesmo ser atribuída ao sentido de resistência à “acumulação por espoliação” que se caracteriza por uma “[...] ampla categoria de processos de expropriação, violência, depredação, cercamento de bens que anteriormente eram de domínio coletivo” (HARVEY, 2005, p. 121). A tentativa de espoliação dos bens comuns, como já ocorreu em outras vezes, tem gerado ampla resistências de agentes sociais já calejados pelas tentativas de deslocamento compulsório (ALMEIDA, 1996; MOREIRA, 2015).

Diversas estratégias e ações de resistência foram realizadas por moradores do Cajueiro mobilizados na luta em defesa de seu território. Vale destacar antes da abordagem destas estratégias e ações a articulação destes moradores mobilizados na resistência com entidades externas em favor da defesa da causa e do território da comunidade, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o GEDMMA, CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), representantes da Defensoria Pública do Estado e Ministério Público Estadual, políticos como o deputado Bira do Pindaré e a ex-vereadora Rose Sales e o Coletivo Nódoa. A realização regular de reuniões de articulação da resistência se mostrou bastante efetivo, demonstrando

um alto nível de organização conjunta dos moradores mobilizados do Cajueiro com estas entidades.

Dois meses após o anúncio de construção do porto pela WPR dentro do território do Cajueiro, moradores de comunidades tradicionais da Zona Rural II de São Luís realizaram protestos para denunciar uma tentativa de realização de audiência pública convocada pela WPR, porém sem divulgação prévia dos estudos ambientais, assim como denunciar as ameaças e coação exercidas pela empresa.

Em resposta à tentativa de realização de audiência pública que seria realizada no Comando Geral da Polícia Militar, os integrantes da resistência realizaram uma “Audiência popular” na mesma data e horário da primeira audiência. Na ocasião, diversas instituições manifestaram apoio aos moradores do Cajueiro e denunciaram as arbitrariedades do processo ambiental em curso e as ilegalidades cometidas pela WPR.

No dia 23 de dezembro de 2014 a resistência do Cajueiro promoveu o fechamento da BR-135, por todo o turno da manhã, para protestar e dar visibilidade pública às derrubadas arbitrárias das 19 casas do povoado do Parnauçu. A ação atraiu a chegada de jornalistas e gerou a fiscalização da empresa de segurança Leões Dourados pela polícia federal, que posteriormente constatou-se que esta empresa atuava em situação irregular.

Segundo Pedro e Sant’Ana Júnior (2016), em uma Assembleia Popular realizada no dia 17 de maio de 2015, representantes das comunidades rurais que demandam pela efetivação da RESEX de Tauá-Mirim decidira, em um ato de desobediência civil, decretá-la criada. Este ato representa até hoje um grande passo na luta destas comunidades tradicionais em defesa deste território étnico e, em especial, a comunidade do Cajueiro.

A aplicação de dois projetos de extensão pelo GEDMMA na área da RESEX de Tauá Mirim, denominados “Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA” e “Programa Grande Carajás, Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental” contribuiu para que o conflito socioambiental fosse melhor compreendido, instigando a análise crítica da implantação do terminal portuário em questão e a participação de jovens das comunidades rurais da RESEX de Tauá-Mirim visando a renovação de lideranças comunitárias na Zona Rural de São Luís. Destaca-se também o projeto de extensão realizado por estudantes e professores do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão

com o objetivo de construir a cartografia social do Cajueiro. Frente à demanda da comunidade, o mapeamento da área a partir da percepção dos moradores locais é um forte instrumento de luta para a garantia territorial.

5 - Considerações finais

Diante dos resultados observados e analisados, pode-se concluir que o conflito socioambiental em questão surge com a tentativa de espoliação (Harvey, 2005) pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda. do território da comunidade tradicional do Cajueiro, gerando a convergência de interesses que desencadeou a série de estratégias e ações (explanadas nos resultados do presente artigo) de ambas as partes envolvidas no conflito.

Conclui-se também que a construção do terminal portuário pela WPR desencadearia, caso venha a se concretizar, uma série de impactos sociais e ambientais irreversíveis que trariam consequências negativas aos modos de vida tradicionais ali presentes. O território deve ser entendido como um espaço dinâmico e de movimentos, logo a construção do porto não prejudicaria somente os moradores de Parnauçu, mas também moradores dos outros núcleos que compõem o Cajueiro.

A pesca e a catação de caranguejos seriam afetadas, prejudicando diretamente quem vive destes recursos. O empreendimento também modificaria a dinâmica social da comunidade, provavelmente provocando a venda de terrenos na comunidade e mudanças no cotidiano daqueles que continuariam permanecendo no lugar (como já foi observado na Ilha de São Luís). Outra perda significativa seria do ponto de vista cultural, uma vez que a construção do porto afetaria o Terreiro do Egito, área de grande valor histórico e simbólico para a resistência de povos quilombolas no Maranhão e no Brasil.

Sob a ameaça de ter seu território espoliado e, conseqüentemente, sua tradicionalidade e cultura próprias extintas, os moradores do Cajueiro que vivem dos recursos naturais daquele território e, portanto, desenvolveram uma territorialidade própria naquela porção da ilha de São Luís, lutam para preservar seu território e seus modos de vida, alimentados pelo sentimento de identidade territorial e instigados pela ameaça de deslocamento compulsório.

Pôde-se observar, a partir da análise da narrativa do conflito, o alto nível de organização da resistência que envolveu moradores do Cajueiro e diversas outras entidades

externas, já citadas ao longo deste artigo. As reuniões regulares, os protestos e os processos jurídicos barraram, até hoje, a construção do porto pela empresa WPR. Assim, a resistência da comunidade do Cajueiro persiste, se configurando, a nível micro, na garantia de preservação de seu território, sua tradicionalidade e sua identidade territorial e, a nível macro, na luta contra formas de espoliação do território características do atual modelo de produção capitalista neoliberal, em outras palavras, na luta contra o próprio capitalismo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização”. In: Travessia. maio/agosto: 1996. p. 30-35.

BRITO, Daguiete Maria Chaves; BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito; FARIAS, Rosana Torrinha Silva de; CHAVES BRITO, Daímio; DIAS, Gabriel Augusto de Castro. Conflitos socioambientais no século XXI. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, Territorialidade e Seus Múltiplos Enfoques Na Ciência Geográfica. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014.

GEDMMA. RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II. Relatório Socioantropológico. São Luís – MA: UFMA. 2014.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2006.

MONTENEGRO, Jorge. Povos e Comunidades Tradicionais, Desevolvimento e Decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. Revista OKARA: Geografia em debate, v.6, n.1, p. 163-174. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB, 2012.

MOREIRA, Jacylson Ferreira. ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. São Luís: DEHIS/ UFMA, 2015. Dissertação de mestrado. Mimeo.

PEDRO, Viviane Vazzi; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. “Do pau-brasil à siderurgia”: lutas extrativistas no Pará e no Maranhão. In: Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental. Orgs: TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; ESTERCI, Neide – São Luís: EDUFMA, 2016.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de A. Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia oriental. Vias de Fato, São Luis-MA, 2013.

SILVA, Edson Batista da. Território e identidade territorial: elementos para a análise da agricultura agroecológica camponesa como caminho para permanência na terra no cerrado – Brasil. Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.3, n.1, p.80-95, Jan./jun. 2014.